



**Comunicado Extraordinário**

# **Impactos Jurídicos da Pandemia de COVID-19 NO BRASIL**

**Edição Especial: IN DREI nº 79/2020**

Regulamentação da participação e  
votação a distância em reuniões e  
assembleias de sociedades anônimas  
fechadas, limitadas e cooperativas

**MOREIRA MENEZES . MARTINS**

ADVOGADOS

- 16.04.2020 -

**REGULAMENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E VOTAÇÃO A DISTÂNCIA EM REUNIÕES E ASSEMBLEIAS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS FECHADAS, LIMITADAS E COOPERATIVAS**

Em 14.04.2020, o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI editou a Instrução Normativa DREI nº 79/2020, que foi publicada no Diário Oficial da União em 15.04.2020 e regulamenta a participação e votação a distância em reuniões e assembleias de sociedades anônimas fechadas, limitadas e cooperativas (“IN DREI nº 79/2020”).

A regulamentação do DREI foi editada em decorrência da Medida Provisória nº 931/2020, que alterou dispositivos do Código Civil, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e Lei nº 5.764/1971 (Lei das Cooperativas) para permitir a participação e votação a distância em reuniões e assembleias dos referidos tipos societários.

Em 01.04.2020, o DREI havia publicado “Aviso de Consulta Pública nº 2/2020”, a fim de receber contribuições do público em geral e de especialistas em Direito Empresarial para formulação do conteúdo final da instrução. O Escritório Moreira Menezes, Martins Advogados (“Escritório”) participou da referida consulta pública com sugestões ao texto da minuta que veio a dar origem à IN DREI nº 79/2020.

Ao final da dupla rodada da produtiva audiência pública, o DREI acolheu colaborações ofertadas por especialistas, dentre as quais diversas sugestões formuladas pelo Escritório, por escrito e por ocasião do *webinar* “Alterações do Direito Societário em tempos de COVID 19”, organizado pelo Professor Juan Vazquez (FGV) e que contou com a presença do Dr. André Santa Cruz, diretor do DREI, do Dr. Henrique Machado, Diretor da CVM, do Professor Marcelo Adamek (USP) e de Mauricio Moreira Menezes, Professor Titular da UERJ e sócio do Escritório (disponível em: <https://youtu.be/jFgV4xgd2-4>).

Cabe registrar elogio público ao DREI, na pessoa de seu Diretor, Dr. André Luiz Santa Cruz Ramos, e da Coordenadora-Geral de Normas, Dra. Anne Caroline Nascimento da Silva, pela diligência, capacidade técnica e disponibilidade para o amplo debate público de tão relevante ato normativo.

**Regras gerais sobre participação e votação a distância**

Para fins de participação e votação a distância, o DREI classificou as reuniões e assembleias de sociedades em:

- (i) semipresenciais: quando os acionistas, sócios ou associados puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também a distância; e

- (ii) digitais: quando os acionistas, sócios ou associados só puderem participar e votar a distância, não sendo o conclave realizado em qualquer local físico<sup>1</sup>.

A participação e votação a distância, em reuniões e assembleias semipresenciais ou digitais, poderá ocorrer por meio do envio de boletim de voto a distância ou mediante utilização de sistema eletrônico de participação remota.

A convocação, instalação e as deliberações nas reuniões ou assembleias semipresenciais ou digitais devem obedecer às disposições das Leis que regem cada tipo societário, bem como o contrato ou estatuto social da sociedade. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a reunião ou assembleia será semipresencial ou digital e a forma como os acionistas, sócios ou associados poderão participar.

Os documentos e informações que devem ser de conhecimento dos acionistas, sócios ou associados previamente à realização da reunião ou assembleia precisam ser disponibilizados em meio digital seguro. Não obstante, as formalidades legais, contratuais ou estatutárias de publicação e divulgação de documentos devem continuar sendo observadas.

O instrumento de convocação também deve listar os documentos necessários para que acionistas, sócios ou associados, conforme o caso, bem como seus respectivos representantes legais, sejam admitidos à reunião ou assembleia semipresencial ou digital. A sociedade pode solicitar que tais documentos sejam enviados previamente à assembleia, fornecendo meio eletrônico para seu protocolo. O acionista, sócio ou associado tem até 30 minutos antes do início da reunião ou assembleia para apresentar tais documentos.

Por sugestão do Escritório, foi inserida disposição na IN DREI nº 79/2020 que exime a sociedade de responsabilidade por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à internet dos acionistas, sócios ou associados, bem como por outras situações que não estejam sob seu controle. Não obstante, é dever da sociedade adotar sistema e tecnologia acessíveis para todos os acionistas, sócios ou associados.

O processamento das informações nas reuniões ou assembleias semipresenciais e digitais poderá ser feito por terceiros contratados para essa função, permanecendo a sociedade responsável pela observância das disposições da IN DREI nº 79/2020.

É considerado presente à reunião ou assembleia, para todos os efeitos legais, o acionista, sócio ou associado que (i) a ela compareça ou nela se faça representar fisicamente (no caso de reuniões ou assembleias semipresenciais); (ii) cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela sociedade; ou (iii) que, pessoalmente ou por meio de representante, registre sua presença no

<sup>1</sup> Nesses casos, as reuniões e assembleias digitais serão consideradas como realizadas na sede da sociedade, para todos os fins legais.

sistema eletrônico disponibilizado pela sociedade. O presidente ou o secretário da mesa deverá consignar nos livros societários os dados daqueles que participaram remotamente.

### **Utilização do sistema eletrônico (participação e votação a distância “em tempo real”)**

O sistema eletrônico utilizado pela sociedade para participação e votação a distância “em tempo real” deverá observar uma série de requisitos constantes da IN DREI nº 79/2020, inclusive garantir o registro de presença e de voto do participante, a possibilidade de apresentação de manifestações escrituras à mesa e de visualização de documentos apresentados, a gravação do conclave e a participação de outras pessoas autorizadas (como administradores e pessoas cuja participação seja obrigatória).

Outro ponto relevante, objeto de sugestão do Escritório, consiste no asseguramento de envio e recebimento de manifestações reduzidas a escrito pelos sócios e acionistas. Como se sabe, é usual que tais registros sejam feitos, para que a opinião fundamentada do sócio ou do acionista fique registrada, à luz da dinâmica dos trabalhos desenvolvidos no curso do conclave, sobretudo em razão da prática comum de se lavrar a ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos durante a assembleia ou reunião (art. 130, § 1º, Lei das S.A.).

### **Voto por meio de boletim**

O boletim de voto a distância deve observar o conteúdo mínimo previsto na IN DREI nº 79/2020 e ser enviado ao acionista, sócio ou associado na data da publicação da primeira convocação para a reunião ou assembleia semipresencial ou digital, devendo ser devolvido à sociedade 5 dias antes da realização do conclave.

Por sua vez, a sociedade terá 2 dias, contados do recebimento do boletim, para comunicar: (i) o recebimento e validade do boletim de voto a distância; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização.

Cabe registrar que o envio de boletim de voto a distância não impede o acionista, sócio ou associado de se fazer presente à reunião ou assembleia semipresencial ou digital, caso em que o boletim enviado será desconsiderado.

### **Outras disposições**

Na ata da reunião ou assembleia deve constar a informação de que ela foi semipresencial ou digital, conforme o caso, sendo informanda, ainda, a forma pela qual foi permitida a participação e votação a distância. Os membros da mesa da reunião ou assembleia semipresencial ou digital deverão assinar a ata respectiva e consolidar, em documento único, a lista de presença.

Quando a ata não for elaborada em documento físico, deverá ser observado o seguinte:

- (i) as assinaturas dos membros da mesa deverão ser feitas com uso de certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil ou qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica;
- (ii) devem ser assegurados meios para que a ata possa ser impressa em papel, de forma legível e a qualquer momento, por quaisquer acionistas, sócios ou associados; e
- (iii) o presidente ou secretário deve declarar expressamente que atendeu todos os requisitos para a sua realização, especialmente os previstos na IN DREI nº 79/2020.

Ademais, para fins de registro na Junta Comercial, a cópia ou certidão da ata deverá conter os demais requisitos estabelecidos pelo DREI para reuniões e assembleia presenciais, naquilo que não conflitam com a IN DREI nº 79/2020.

Por fim, o DREI estabeleceu disposição transitória para que todas as reuniões ou assembleias presenciais já convocadas e ainda não realizada em razão da pandemia de COVID-19 possam ser realizadas de forma semipresencial ou digital, desde que todos os acionistas, sócios ou associados se façam presentes ou declarem expressamente sua concordância.

---

**Este Comunicado Extraordinário é uma publicação exclusivamente informativa, não devendo ser considerada, para quaisquer fins, como opinião legal, sugestão ou orientação emitida pelo Escritório.**

---